



Perfil Socioeconômico de Agricultores Familiares do Município de Muniz Freire, Espírito Santo

Resumo

Apesar da relevância nacional da agricultura familiar e das políticas governamentais direcionadas, as condições socioeconômicas desta população são pouco conhecidas. O objetivo do estudo foi traçar o perfil socioeconômico de agricultores familiares do município de Muniz Freire, ES. Foram entrevistados 82 agricultores familiares in loco. Para análise dos dados foi utilizada a estatística descritiva. Segundo resultados obtidos, a faixa etária dos entrevistados foi de 20 a 81 anos. Dentre os avaliados, 76,83% declararam possuir filhos. O uso do tabaco foi relatado por 9,76%. A maioria não possuía o ensino fundamental completo. Quando questionados sobre a cor da pele, observou-se predominância de resposta para a cor branca. A maioria dos agricultores eram proprietários da terra e a falta de acesso a sistemas de coleta de lixo e saneamento foi observada. O trabalho na própria lavoura, como atividade exclusiva, foi relatado pela maioria. A análise da renda mensal familiar dos agricultores mostrou que a remuneração era baixa. Com base nestes resultados, foi possível concluir um primeiro levantamento de dados da região os quais contribuirão significativamente para a continuidade do trabalho, estabelecendo futuras ações de extensão e promover a melhoria das condições de saúde e bem estar da população estudada. Palavras-chave: Agricultura; Condições Sociais; Análise Socioeconômica.

Adriana Madeira Álvares da Silva Conforti¹; Carlos Cesar Jorden Almança²; Wagner Miranda Barbosa²; Schalana Oliveira dos Reis²; Juliana Dalbó²; Flávia Vitorino Freitas²; Suzanny Oliveira Mendes²; Joaquim Gasparini dos Santos²; Gabriel Madeira da Silva Guanaes²; Gabrielly Assis Robe²; Cinthia Vidal Monteiro da Silva Couto²; Aline Ribeiro Borçoi²; Camila Vieira Chagas David²; Letícia Parmanhani Romão²; Larissa Bettcher Brito²; Ester Ribeiro Cunha²; Mayara Mota de Oliveira²; Leonardo Oliveira Trivilin²; Anderson Barros Archanjo²; Gabriele Tonini Peterle²; Lucas de Lima Maia²; Diego Camuzi³; José Aires Ventura⁴; João Batista Pavesi Simão³

¹Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde - Departamento de Biologia - Endereço: Av. Alto Universitário, s/nº, Bairro: Guararema - CEP: 29500-000 - Alegre, ES. Email: adriana.biomol@gmail.com - Telefone: (28)3552-8627.

²Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

³Instituto Federal de Educação Superior - IFES

⁴Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER

Abstract

Although the national importance of family farming and targeted government policies, socio-economic conditions of this population are little known. The aim of the study was to outline the socio-economic profile of farmers in the municipality of Muniz Freire, ES. They interviewed 82 farmers on the spot. Descriptive statistics for data analysis was used. According to results, the age of respondents was 20-81 years. Among the evaluated, 76.83% reported having children. The use of tobacco has been reported by 9.76%. Most had not completed elementary school. When asked about skin color, it was observed predominance of response to white. Most farmers owned the land and the lack of access to sanitation and garbage collection systems was observed. Work on the plantation as exclusive activity was reported by the majority. Analysis of the monthly family income of farmers showed that the pay was low. Based on these results, it concluded a first data collection in the region, which significantly contribute to the continuity of work, establishing future extension actions and promote improved health and well-being of the population studied.

Keywords: Agriculture; Social Conditions; Socioeconomic Analysis.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é constituída por pequenos e médios produtores que possuem área não superior a quatro módulos fiscais, que utilizem prioritariamente mão de obra familiar e que a renda familiar predominante seja de atividades extrativas relacionadas à propriedade. A área de lavoura do agricultor familiar pode ser própria, arrendada, administrada em parceria, em comodato ou ainda, de posse. A agricultura familiar tem garantido nos últimos anos a maior parte da produção de alimentos básicos no abastecimento urbano, com a diversificação de atividades e tem marcado presença tanto no mercado interno quanto externo por meio de relevante representação no âmbito nacional [1].

Apesar da relevância representada por este segmento, historicamente as políticas voltadas para a agricultura familiar no Brasil traduzem, muitas vezes, interesses econômicos que, para potencializar a exploração dos recursos naturais, necessitam de mão-de-obra sadia. Mesmo assim, os maiores avanços dessas políticas ocorreram nos períodos históricos em que os trabalhadores rurais estiveram mais organizados. Como resultado desse processo, as populações do campo sempre enfrentaram a descontinuidade das ações, modelos que não se consolidaram e uma fragmentação de iniciativas que ainda contribuem para seus altos níveis de exclusão e discriminação [2].

A agricultura brasileira se desenvolve num cenário econômico, social, ideológico e cultural caracterizado pela intensa concentração fundiária, pelo ganho de produtividade, pela incorporação de tecnologias com grande impacto sobre a saúde humana e ambiental e pelo crescimento das exportações e do agronegócio. No processo de avaliação de riscos, fatores de risco e danos à saúde dos trabalhadores rurais, além das análises das condições materiais de trabalho, torna-se importante atentar não só diretamente aos indivíduos responsáveis pela execução das tarefas, como também aos membros da sua família, uma vez que hoje, no Brasil, o foco tem sido direcionado à produção agrícola familiar. Torna-se importante avaliar, entre outras, as condições sociais e econômicas dessa população [3].

No sudoeste do Estado do Espírito Santo, o Território do Caparaó - ES perfaz uma área de 3.920,70 Km², o que corresponde a 8,5% da área estadual. Esta região possui uma vocação agrária com aproximadamente 38% da população vivendo na área rural e 72% na área urbana, porém parte da população da área urbana também trabalha no campo [4].

Esta região, assim como toda a microrregião do Caparaó - ES, quando analisada sob o aspecto do desenvolvimento social, medido pelo IDH, apresenta um desempenho inferior à média do Estado [5], influenciado muito mais pela variável educação do que pelo nível de renda ou expectativa de vida da população. As falhas do sistema socioeducacional na região se traduzem pela baixa perspectiva de oportunidades de mercado de trabalho para a melhoria das condições de vida e se agravam pela vulnerabilidade da população frente ao uso de drogas lícitas e ilícitas. Além disso, é notada a falta de estímulo à qualificação profissional para o desenvolvimento socioeconômico sustentável e direcionado às características da região.

Segundo o Diagnóstico Socioeconômico do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES), citando dados do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), a participação da atividade cafeeira na receita das propriedades rurais no Território Caparaó está em torno de 75,6%, o que a coloca como a maior participação do Estado na geração de renda das propriedades rurais, no que se refere a esta cultura [6].

Em relação ao rendimento familiar, não foi verificado aumento de renda; pelo contrário, houve um agravamento desta situação traduzido pelos dados oficiais apresentados pelo Governo do Estado do Espírito Santo (2009) que mostram que 81,25% das famílias dos municípios dessa região tinham renda mensal familiar de até 2 salários mínimos [6].

O município de Muniz Freire - ES, apresenta uma área territorial total de 679323 km² e, segundo o Censo de 2010, com população rural de 9727 habitantes e IDH de 0,645 [5].

Esses dados mostram a necessidade de atenção à população rural do Caparaó Capixaba, em especial de atenção às condições socioeconômicas desta região. Considerando que, de modo geral, as condições de vida e saúde da população do campo no Brasil são pouco conhecidas e estudadas, sobretudo as de agricultores familiares. Desta forma, o objetivo deste estudo foi o de traçar o perfil socioeconômico de agricultores familiares do município de Muniz Freire, situado na região do Caparaó Capixaba.

MÉTODOS

Foi realizado um estudo observacional transversal, no qual a população estudada era constituída por agricultores familiares pertencentes a comunidades rurais do município de Muniz Freire - ES. A amostra foi constituída por 82 indivíduos de 20 a 81 anos, que eram integrantes de associações e/ou movimentos sociais das comunidades.

Os agricultores foram recrutados por meio de contato prévio, via associações e/ou movimentos sociais e o convite às famílias a serem incluídas no estudo foi realizado na presença dos agentes de saúde, visando assegurar a transparência da metodologia. Antes da entrevista, os agricultores recebiam informações quanto aos objetivos do estudo, assim como eram esclarecidas quaisquer dúvidas surgidas quanto à participação, bem como foram informados quanto à garantia do anonimato das informações. Não foram incluídos no estudo indivíduos com idade inferior a 18 anos. Os indivíduos que apresentaram acordo e tiveram interesse em participar assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, de acordo com a Resolução nº 466/12, do Conselho Nacional de Saúde (CNE). É válido ressaltar ainda que o estudo teve a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Espírito Santo (CEP/CCS/UFES), sob parecer nº 662.550/2014.

A coleta de dados foi realizada in loco, entre os meses de setembro e outubro de 2014, por entrevistadores previamente treinados quanto à aplicação do questionário,

o qual constava de questões fechadas e abertas (pontuais), relacionadas à:

- Caracterização do entrevistado (gênero, idade, nº de filhos, cor da pele, hábito de fumar tabaco, grau de escolaridade);
- Condições de moradia (situação da terra/lote, coleta de lixo e saneamento);
- Condições de trabalho e renda (trabalho extra, fontes de renda, vínculo salarial, acesso a programas ou auxílio do governo e faixa de renda familiar mensal).

Os dados foram agrupados e analisados sem distinção quanto às comunidades a que pertenciam, utilizando-se a estatística descritiva, com cálculos de médias, desvios-padrão e frequências. A apresentação dos resultados foi realizada por meio de tabelas e figuras claras e objetivas.

RESULTADOS

Do total de entrevistados (n=82), 69,51% eram do sexo masculino e 30,49% do sexo feminino e a faixa etária era de 20 a 81 anos (mín-máx). Dentre as famílias avaliadas, 76,83% relataram possuir filhos e 23,17% relataram não possuir.

Na Tabela 1 pode ser observada a idade média dos entrevistados, bem como o número médio de filhos por família. A idade média dos entrevistados foi de 40,40 anos ($\pm 11,85$ anos) e o número médio de filhos foi de 2,34 ($\pm 2,16$) por família.

Variável	Média \pm Desvio-Padrão
Idade	40,40 \pm 11,85
Nº de filhos	2,34 \pm 2,16

Tabela 01: Médias de idade e números de filhos dos agricultores

Quanto ao uso do tabaco, pode-se observar na Figura 1 que 89,02% dos agricultores não possuíam o hábito, enquanto 9,76% eram tabagistas. Apenas 1,22% (n=1) relatou ser ex-tabagista.

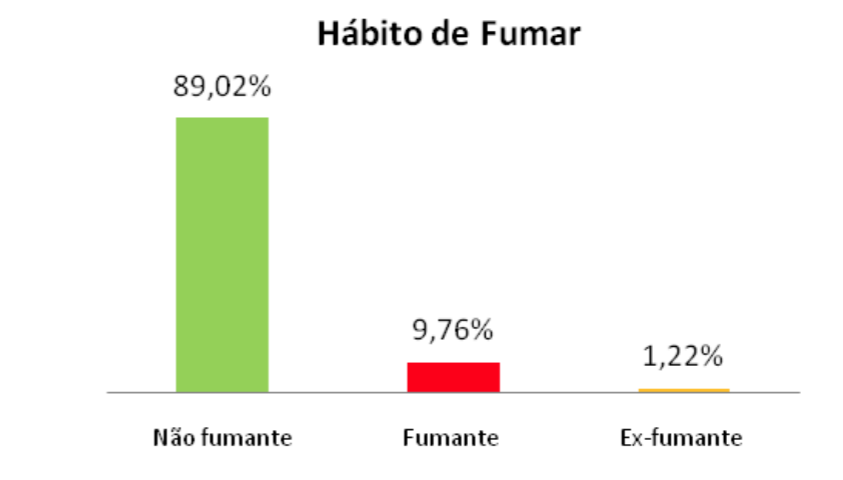
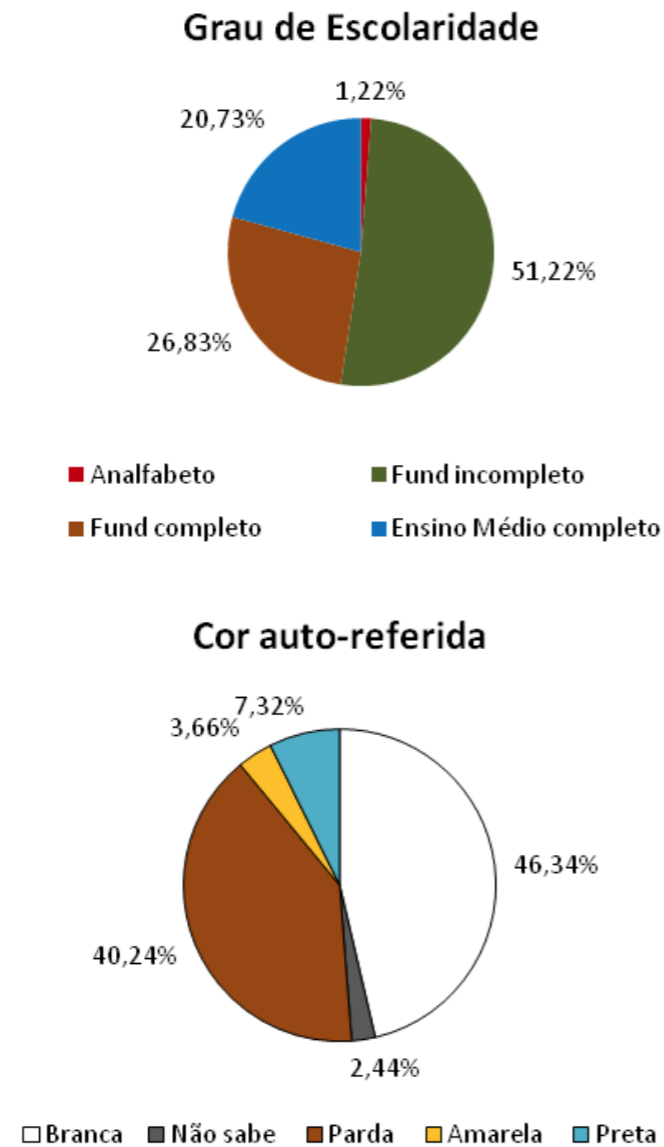


Figura 01: Hábito de fumar tabaco.

Os dados relacionados ao grau de escolaridade e à cor da pele podem ser visualizados na Figura 2. Conforme análise das respostas, 51,22% possuíam o ensino fundamental incompleto, sendo que, destes, 92,86% declararam ter concluído a 4ª série. O ensino fundamental completo foi concluído por 26,83% dos entrevistados e o ensino médio por 20,73%. Houve relato de analfabetismo por 1,22% dos agricultores (n=1).

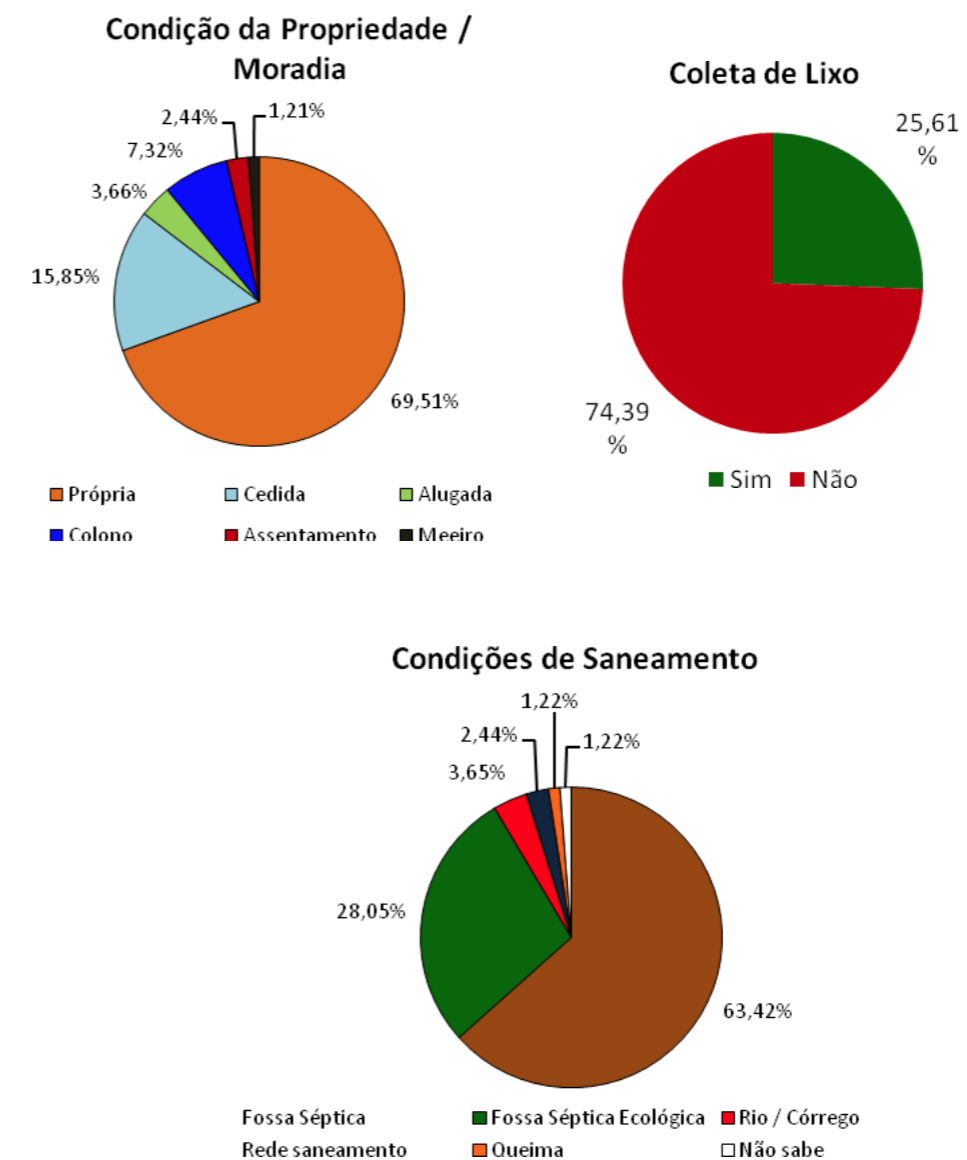
Ainda pela Figura 2, é possível visualizar que 46,34% dos avaliados se autorreferiram à cor de pele branca, enquanto 40,24% fizeram referência à cor parda. A cor preta foi autorreferida por 7,32% e a amarela por 3,66%. Não souberam se referir à cor da própria pele 2,44% dos entrevistados.

Figura 02: Grau de escolaridade e cor autorreferida pelos entrevistados.



Na Figura 3 é possível avaliar as condições de moradia. Como se pode verificar, a maioria dos agricultores é proprietária da terra/lote (69,51%), 15,85% reside na terra cedida, 7,32% é colono, 3,66% aluga a terra. Foram relatadas ainda situações de assentamento e a condição de meeiro por 2,44% e 1,21% dos entrevistados. As condições de coleta de lixo e saneamento também foram abordadas e pôde-se constatar que a maioria das famílias (74,39%) não tinha acesso a um sistema de coleta de lixo e, quanto ao saneamento, apenas 2,44% dos entrevistados (n=2) possuía rede de saneamento em sua propriedade. A grande maioria fazia uso de fossa séptica (63,42%) e fossa séptica ecológica (28,05%). Outras condições foram relatadas, como dejetos direcionados a rios e/ou a córregos (3,65%) e queima de dejetos (3,65%).

Figura 03: Condições de moradia, coleta de lixo e saneamento dos agricultores.



Quanto ao trabalho na lavoura, foi observado que a maioria (79,27%) trabalhava exclusivamente na propriedade, enquanto 20,73% possuíam algum outro tipo de emprego. Os dados referentes à renda podem ser analisados segundo as Tabelas 2 e 3.

Na Tabela 2 é possível verificar que 59,76% não possuíam outra fonte de renda além da própria lavoura e que a maioria dos agricultores da região avaliada não possuía carteira assinada (91,46%). Outro fator interessante a ser observado nesta Tabela, é que os programas do governo atingiam a minoria dos agricultores (37,81%).

Tabela 02: Fonte de renda, vínculo salarial e acesso a auxílio ou programas governamentais para agricultura.

Variável e tipo de resposta	Percentual de respostas (%)
Fonte de renda além da lavoura	
Sim	40,24
Não	59,76
Carteira assinada	
Sim	8,54
Não	91,46
Acesso a programas do governo	
Sim	37,81
Não	57,32
Não responderam	4,88

Quanto à faixa de renda familiar mensal, 43,91% dos agricultores relataram que possuíam renda menor ou igual a 1 (um) salário mínimo e as subdivisões desta faixa podem ser visualizadas na Tabela 3 (26,83%, 13,42% e 3,66% respectivamente para até meio salário, de meio a 1 e 1 salário mínimo). Foram relatadas as faixas de renda entre 1 e 2 salários e mais de 2 salários mínimos por 20,73% e 23,17% dos entrevistados, respectivamente. Alguns agricultores não quiseram responder quanto à renda familiar mensal (12,20%).

Tabela 03: Renda familiar mensal em salários mínimos.

Faixa de renda	Percentual de respostas (%)
Até ½ salário mínimo	13,42
De ½ a 1 salário mínimo	26,83
1 salário mínimo	3,66
De 1 a 2 salários mínimos	20,73
Mais de 2 salários mínimos	23,17
Não responderam	12,20

DISCUSSÃO/CONCLUSÃO

Tomando como base a idade média encontrada neste estudo (40,40 ± 11,85 anos), verifica-se certa coerência com outros trabalhos realizados com agricultores familiares [7, 8 e 9]. No que se refere aos filhos, é interessante observar no presente estudo um percentual elevado de agricultores que relataram não possuir filhos (23,17%).

Dados obtidos na Vigitel, segundo Ministério da Saúde (2011), mostram que cerca de 14% da população brasileira é tabagista e no presente estudo foram encontrados 9,76% de indivíduos tabagistas, dentre os entrevistados.

Sabe-se que maiores níveis de escolaridade são muito importantes para que o homem do campo tenha o poder de assimilar as inovações técnico-científicas, o que vem a melhorar as suas formas de reprodução social. Neste estudo, observou-se que a maioria dos agricultores familiares do município de Muniz Freire não completou o ensino fundamental, corroborando com o trabalho de Lira et al [7]. No Brasil, o tempo de escolaridade entre agricultores situa-se em torno de 3,4 anos, ou seja, equivalente ao nível básico incompleto [10].

Em relação ao perfil da propriedade, os dados aqui apresentados também coincidem com a literatura, uma vez que a maioria dos entrevistados são proprietários da terra (69,51%) [11]. Importante ressaltar dentro das condições de moradia avaliadas, a dificuldade de acesso a um sistema de coleta de lixo, bem como o destino de dejetos, por falta de rede de saneamento no campo.

Considerando que a maioria dos entrevistados relatou o trabalho na própria lavoura como atividade exclusiva (79,27%) e que 59,76% relataram não possuir outra fonte de renda, reforça a classificação dos mesmos como agricultores familiares [1]. Apesar da minoria dos entrevistados ter relatado acesso a algum programa atual do governo, os resultados aqui observados coincidem com a literatura [12].

Por fim, ao analisar a faixa de renda mensal familiar, foi possível observar que a remuneração ainda é significativamente baixa, o que reforça a necessidade de um olhar mais direcionado a esta população do campo, com estratégias governamentais para a promoção do desenvolvimento sustentável e melhoria das condições de vida dos agricultores familiares.

Considerando a definição de estado de saúde da Organização Mundial de Saúde (OMS, 2015), que se traduz em "completo bem-estar físico, mental e social e não a simples ausência de doença", acredita-se que os resultados aqui encontrados representam um primeiro levantamento de dados da região e contribuem de forma significativa para a continuidade de trabalhos, com propostas estratégicas de ações que promovam a melhoria das condições de saúde e bem estar de agricultores familiares da região estudada, bem como de todo o Caparaó Capixaba em futuros estudos.

REFERÊNCIAS

- [1] GRECZYNSZ, R.; FAVARÃO, S.C.M. Perfil socioeconômico de agricultores feirantes da microrregião de Campo Mourão, PR. Revista Ciências Exatas e da Terra e Ciências Agrárias, v. 8, p. 10-17, 2013.
- [2] CARNEIRO, F.F. A Saúde no Campo: das políticas oficiais à experiência do MST e de famílias de "bóias frias" em Unaí, Minas Gerais, 2005. Belo Horizonte: Escola de Veterinária, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

– Tese de Doutorado, 2007.

[3] **SILVA, J.M.; NOVATO-SILVA, E.; FARIA, H.P.; PINHEIRO, T.M.M.** Agrotóxico e trabalho: uma combinação perigosa para a saúde do trabalhador rural. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, 2005.

[4] **IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Censo Demográfico de 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_espirito_santo.pdf>. Acesso em: 24 de abril de 2015.

[5] **IBGE/Cidades – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Cidades. Diretoria de Pesquisas, coordenação e indicadores sociais. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=320370>>. Acesso em: 24 de abril de 2015.

[6] **BANDES – Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo.** Diagnóstico Socioeconômico Microrregião Caparaó / Instituto Jones dos Santos Neves, Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES) e Consórcio do Caparaó, 213p, 2005.

[7] **LIRA, C.C.; QUEIROZ, M.L.; COSTA, C.F.S.; GOMES, R.V.R.S.; COELHO, J.; FERREIRA, K.M.; SAMPAIO, B.O.** Perfil socioeconômico de agricultores familiares no município de Barreiros, PE. In: XIII Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão – JEPEX, UFPE, 2013.

[8] **PARTELLI, F.L.; VIEIRA, H.D.; SOUZA, P.M.; GOLYNSKI, A.; PONCIANO, N.J.** Perfil socioeconômico dos produtores de café orgânico do Norte do Estado do Espírito Santo – Satisfação com a atividade e razões de adesão à certificação. *Revista Ceres*, v. 53, n. 305, p. 55-64, 2006.

[9] **FIETZ, V.R.; SALAY, E.; WATANABE, E.A.M.T.** Condições socioeconômicas, demográficas e estado nutricional de adultos e idosos moradores em assentamento rural em Mato Grosso do Sul, MS. *Segurança Alimentar e Nutricional*. Campinas, v. 17, n.1, p. 73-82, 2010.

[10] **HOFFMANN, R.; NEY, M.G.** Desigualdade, escolaridade e rendimentos na agricultura, indústria e serviços, de 1992 a 2002. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 13, n. 2 (23), p. 51-79, jul./dez. 2004.

[11] **IPARDES.** Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Cadernos Municipais*, 2008.

[12] **BOTH, J.P.C.L.; KATO, O.R.; OLIVEIRA, T.F.** Perfil socioeconômico e tecnológico da apicultura no município de Capitão Poço, Estado do Pará, Brasil. *Amazônia: Ciência e Desenvolvimento*, v. 5, n. 9, 2009.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo - FAPES

À equipe envolvida;

E, em especial, aos agricultores familiares pela valiosa contribuição não só para traçar o perfil socioeconômico, mas principalmente por permitir o estreitamento entre universidade e comunidade, contribuindo para o desenvolvimento e o crescimento profissional dos pesquisadores envolvidos.

